



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessutí - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondí Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 004/95

DATA: 26 de junho de 1995.

SÍNTESE: Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu, conforme divisas e confrontações abaixo descritas:

Com o Município de Grandes Rios:

Inicia no Rio Ivaí na divisa entre a 8ª e 5ª seção, segue por esta divisa na direção geral nordeste até encontrar a Estrada Espigão Mestre no divisor de Águas entre os Rios Ivaí e Rio Branco, segue por esta estrada até encontrar a Água Bolha Fria, desce por esta até sua foz no Rio Branco, desce por este até a foz da Água São João Batista, sobe por esta até encontrar a estrada que segue em direção a Serra da Caneleira, segue por esta estrada até encontrar o Ribeirão das Antas.

Com o Município de Rosário do Ivaí:

Inicia no encontro de uma estrada que segue em direção a Serra da Caneleira com o Ribeirão das Antas, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pela cumiada da Serra dos Porongos até encontrar a Estrada Primavera-Grandes Rios, segue por esta na direção geral sudeste até encontrar a Estrada Primavera-Roa Vista, segue por esta na direção geral sudeste até encontrar a Estrada Grandes Rios-Reserva, segue por esta em direção a Grandes Rios até encontrar o Rio Branco, sobe por esta até encontrar a foz do Córrego Gamelão, sobe por este até encontrar a linha de divisa do Município de Cândido de Abreu.

Com o Município de Cândido de Abreu:

Inicia no Córrego Gamelão no encontro da linha de divisa do Município de Cândido de Abreu, segue por esta na direção geral

noroeste até encontrar uma estrada no divisor de Águas entre o Córrego Gamelão e o Rio Jacutinga, segue por esta estrada na direção geral sudoeste até encontrar o Arroio do Meio, desce por este até encontrar a Estrada Herval-Ferreiras, segue por esta na direção geral noroeste até encontrar o Rio Jacutinga, desce por este até sua foz no Rio do Tigre, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.

Com o Município de Ivaiporã:

Inicia na foz do Rio do Tigre no Rio Ivaí, desce por este até encontrar a divisa entre a 8ª e 5ª seção.

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

Inicia na ponte sobre o Rio Branco, na saída para o Município de Reserva, sobe pelo Rio Branco até encontrar a Rua Q, segue por esta até encontrar a Rua P, segue por esta até encontrar a divisa da Chácara de Pedro Hass (exclusive) segue por esta divisa até encontrar o Rio Branco, subindo pelo Rio Branco até encontrar a ponte sobre o mesmo na saída para o Município de Reserva.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.06.95

(a) ANIBAL KHURY

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto

Miró Guimarães, Renato Adur, Renv Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Soada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta e instalada a Sessão do 2º Período de Sessões Ordinárias da 1ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OF. N° 208/95/CS

Curitiba, 01.08.95.

Senhor Presidente.

Através deste, me dirijo a Vossa Excelência, para solicitar dispensa das sessões ordinárias dos dias 01, 02 e 03 do corrente mês, em face de viagem nestas datas, a qual é de interesse de nosso Estado.

Certo de poder contar sempre com a compreensão de Vossa Excelência, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) CARLOS SIMÕES

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Norberto Silva Ratto, ocorrido no último dia 08 (oito) nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) ANTAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Natural de Santos, SP, o Senhor Luiz Norberto Silva Ratto era formado em Economia e Administração de Empresas. Foi Presidente da CFP - Companhia de Financiamento da Produção, em Brasília. Destacado funcionário do Banco do Brasil, onde iniciou sua carreira na cidade de Jacarezinho, PR; foi por mais de 10 (dez) anos Coordenador da Política de Preços Mínimos do Estado do

Paraná que era inteiramente voltada à área agrícola.

O Senhor Luiz Norberto Silva Ratto tinha grande relacionamento com o movimento cooperativista do Estado do Paraná, onde todas as cooperativas do Paraná, se não foram criadas por ele, pelo menos tiveram seu apoio. Também ocupou o cargo de Diretor do Crédito Imobiliário do BANESTADO, onde exerceu seu trabalho com dignidade e honradez.

Atualmente estava aposentado, dedicando seu tempo à família e ao entretenimento com amigos.

O povo paranaense lamenta profundamente a perda de uma personalidade tão ilustre, que deixa 05 (cinco) filhos: José Victor, Luiz Roberto, José Mário, Maria Luiza e Ana Lúcia; esposa, Nadir Silva Ratto; e amigos com profundas saudades.

Teve uma carreira exemplar como Promotor de Desenvolvimento Agrícola do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Marco Aurélio Mendes, ocorrido em 27.07.95, na Cidade de Ponta Grossa.

Marco Aurélio era policial. Tinha um grande círculo de amizades. Deixou parentes e amigos enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente à Avenida Europa, 320, Oficinas - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Angela Gobbo, em 26.07.95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa a família e amigos enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, a Rua Horácio Antunes Mendes, 166 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1946

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta

Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal PAULA E PAULO RUF, que completou 61 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE DIAMANTE, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1947

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal VALDEMAR E AMÁLIA KELLA, que completou 35 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE CORAL, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1948

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal NINPHAN BORGES E ANTONIO BORGES S. EMILIANO, que completou 36 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE CORAL, renovando o seu

propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1949

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal MÁXIMO ALCIDES E IRLEI DALSO, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE PORCELANA, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1950

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal LAURIANO E ELVINA FINAU, que completou 58 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as BODAS DE DIAMANTE, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre

eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal JOÃO MARTA E ADIR TEREZINHA CARVALHO, que completou 32 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as RODAS DE PIROLA, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1953

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal MARTA DE LOURDES E AUGUSTO FAUST FILHO, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as RODAS DE PORCELANA, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual

permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1952

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à diretoria da Associação Paranaense das Empresas Prestadoras de Serviços, pela passagem do 2° aniversário de fundação, cuja solenidade se deu em 19 de julho do corrente.

Na figura de seu presidente, empresário Adonai Aires de Arruda, saudamos o evento e desejamos sucesso à Entidade!

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, verificando a possibilidade de que sejam fotografados e filmados os principais pontos turísticos de Guaratuba, para posterior confecção e distribuição de fotos e fitas de vídeo, visando divulgar e valorizar as nossas riquezas naturais, servindo de referências para incrementar o turismo local.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUIZ ACCORSTI

JUSTIFICATIVA:

O turismo se constitui sem sombra de dúvidas, de nossa principal fonte de renda, e para que possamos elevá-lo e expandi-lo para atrair mais visitantes e investidores, necessitamos dar plena divulgação de nossos principais atrativos turísticos, e mesmo de recreação e lazer. Para tanto, torna-se primordial o apoio e a decisiva atuação dos Poderes constituídos e dos demais segmentos da sociedade, buscando alternativas que coloquem em evidência o turismo local. Guaratuba possui potencialidades que podem ser exploradas sem qualquer agressão à natureza e ao meio ambiente, citando como exemplo o projeto desenvolvido pela Secretaria de Turismo local em parceria com a TV Paranaense de Televisão, para divulgação de turismo ecológico, gerando imagens de nossas principais belezas naturais.

REQUERIMENTO N° 1956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando providências efetivas no sentido de resguardar a integridade física dos alunos, pais, mestres e funcionários do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, situado à Av. Cândido Hartmann n° 1.650, esquina com Rua Pedro Pizzatto, em Curitiba, colocando um guarda de trânsito no referido local, para disciplinar o inseguro trânsito daquela esquina.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ ACCORST

REQUERIMENTO N° 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Osório Duque Estrada, Vargem Grande, que pedem limpeza e abertura de aproximadamente 28 metros na valeta, para posterior manilhamento. Segue em anexo xerox do TPTU.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1933

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de energia elétrica no Conjunto Moradias Paraná, Quadra 14, Lote 01, Tatuquara. O pedido está sendo feito pelos moradores, que pedem a máxima urgência na implantação.

Segundo os moradores, o conjunto é novo e a maioria das casas e ruas estão no escuro.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1934

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários da linha de ônibus Vila Verde, os

quais solicitam maior número de coletivos, principalmente no final da tarde, período no qual os mesmos passam lotados, causando assim o maior tumulto.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1935

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de efetuar reparos no telefone público n° 346-4200, localizado na Rua Jucelino K. de Oliveira, em frente ao Bar Bilhar Eliane, no Conjunto Caiuá.

Já faz algum tempo que o mesmo encontra-se com defeito e está fazendo muita falta para os moradores do conjunto.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1936

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Hipólito da Costa, na Vila Hauer, no lado dos números pares: o outro lado já conta com este benefício. O esgoto corre a céu aberto e o mau cheiro é insuportável.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1937

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de recolocar aparelho telefônico comunitário na Rua Alice da Conceição, Vila Ouro Verde, Uberaba de Cima, aparelho este de n° 366-2709.

O aparelho foi retirado deste local e recolocado a seis quadras distante. O mesmo está fazendo muita falta para os moradores.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1938

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, no sentido de efetuar reparos na Avenida Flamingo.

Segundo a reclamação de moradores, a mesma encontra-se intransitável.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos moradores da Avenida das Araucárias, Bairro Barigüi, que pedem para desentupir um bueiro e trocar uma lâmpada em frente ao n° 355. O bueiro está exalando mau-cheiro e a lâmpada, há mais de um mês, encontra-se queimada.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento no Balneário de Ipanema I, Paranaguá. O mesmo encontra-se abandonado e vândalos depredam as residências, quebrando os portões e tentando arrombar as casas.

O pedido está sendo feito pelos moradores, que pedem imediata providência.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido de usuários da linha de ônibus Vila Macedo, que passa em frente ao Hospital São Roque.

Aos domingos, o ônibus passa lotado e os motoristas não param. Segundo os usuários, no período da tarde, os ônibus já vêm com lotação esgotada da penitenciária. Pedem mais ônibus.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1942

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Guarani, em Colombo, que estão solicitando uma linha de ônibus.

Segundo os moradores, o ponto de ônibus mais próximo é Cabela do Atuba e Planalto. Os moradores gastam trinta minutos da Vila até o ponto mais próximo.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de esclarecer a proprietária do telefone residencial n° 244-4033, moradora na Rua Paraíba, 3253, Vila Guaira.

Segundo a Sra. Zenir Steff, a conta telefônica está vindo muito alta e ela quase não usa o telefone.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a Procuradoria Geral do Estado, para que sejam prestados esclarecimentos aos moradores do Conjunto Residencial Graciosa, localizado no Município de Pinhais, referente à desapropriação do mesmo.

Anexo, seguem cópias do nosso Requerimento LCM/AL/9546/95 e da correspondência da SANEPAR, datada de 29.06.95, a fim de ilustrar o presente caso.

Solicitamos uma resposta o mais breve possível, tendo em vista que os moradores receberam a notificação de desapropriação há mais de dez anos e até hoje, infelizmente, aguardam uma resposta, pois não sabem que providências precisam tomar.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1945

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o

pedido dos moradores da Rua Maranhão, Jardim Jalisco, que pedem para passar a máquina e alargar a rua.

Segundo os moradores, quando chove, ocorre deslizamento de terra, impedindo assim a passagem dos veículos.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a instalação do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal (IML), no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí é pólo regional dos principais serviços postos à disposição da população.

A segurança pública é dever do Estado e um direito de todos, sendo exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, CF).

O Noroeste do Paraná, especificamente Paranavaí, sofre com a falta dos órgãos da segurança pública, que são o Instituto de Criminalística e Instituto Médico-Legal (IML).

Tais órgãos, subordinados à pasta do dedicado Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, são necessários para o Município de Paranavaí e região.

Com a instalação do Instituto de Criminalística, possibilitar-se-á a realização de trabalhos periciais com o intuito de elucidar o modo como ocorrem os fatos delituosos, com as circunstâncias que o cercam, colhendo "in loco" as provas materiais pelas quais se tornam possível a identificação do autor dos delitos.

Já o Instituto Médico-Legal (IML) poderá prestar serviços de perícias médico-legais e realizar pesquisas necessárias ao esclarecimento de inquéritos policiais, processos judiciais e administrativos, bem como desenvolver pesquisas científicas relativas à medicina legal.

Quando necessária a utilização destes serviços, os usuários tem que deslocar-se até a cidade mais próxima - Maringá - distante 75 km.

Paranavaí já conta com boa infra-estrutura e toda a base econômica para abrigar estes dois institutos tão esperados pela população, judiciário, polícia civil e militar.

A pretensão vem de encontro aos inte-

resses do Governo do Estado e da população.

Por isso, e em nome da segurança pública do Paraná, solicitamos a instalação do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal no Município de Paranavaí.

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos aqui expostos:

Para que se determine ao Secretário Especial de Política Habitacional e Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, Senhor Rafael Dely, para que proceda estudos no sentido de garantir a continuidade das obras do Programa Casa da Família, aditivando os saldos devedores dos convênios (parcela a receber) pelos índices da inflação.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Casa da Família, criado em julho de 91, foi seguramente um instrumento importante de fixação do homem do interior do Paraná e viabilizou, através de uma parceria bem sucedida com os municípios a construção de 48.721 unidades, entre obras concluídas e em execução.

Em dezembro de 1994, 26.826 famílias paranaenses em 442 conjuntos habitacionais, já haviam recebido as chaves de suas casas.

Registrava-se naquele mês o seguinte retrato das unidades em execução:

Nº Conjuntos	Nº Unidades	% Executado
103	8.228	0 - 20%
55	5.232	20 - 50%
59	4.797	50 - 80%
43	3.583	80 - 99%

Para ficar bem claro, das obras em execução o valor conveniado foi de R\$ 64.021.925,00. Em janeiro de 1995, deste total já havia sido pago R\$ 29.899.345,00, restando então a pagar R\$ 34.122.579,00 para conclusão de 21.895 unidades habitacionais.

O orçamento de 1995 contempla recursos da ordem de R\$ 79.650.000,00.

Ocorre que nos convênios assinados a partir de 15/03/94, por determinação da Medida Provisória que criou o Programa de Estabilização Econômica e instituiu a URV (Unidade Real de Valor), congelou-se os valores praticados à época, que eram corrigidos mensalmente pela UPF (Unidade Padrão de Financiamento), e os preços foram convertidos em URVs.

A medida provisória estabeleceu um prazo de um ano de suspensão de reajustamento de preços.

O equilíbrio Econômico Financeiro dos convênios está quebrado, pois ao verificarmos a evolução dos preços dos materiais de construção e da mão-de-obra especializada, tem-se verificado um acréscimo de 56% no período de março/94 e junho/95 para mão-de-obra, na Construção Civil e no INCC (Índice Nacional da Construção Civil) 64,07%.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 267/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica considerado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede na Cidade de Rio Bom, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) MILTINHO PUPPTO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 14 de novembro de 1994, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Rio Bom, tem por finalidade, manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social dos excepcionais, além da assistência social a menor com problemas de relacionamento de excepcionalidade.

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n° 005/95 de 03 de julho de 1995, necessita o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual para fins de firmar convênios com órgãos do Governo Federal.

PROJETO DE LEI N° 268/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Vera Cruz do Oeste, com sede e foro no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Vera Cruz do Oeste mantém a Escola Especial Irmã Dulce, onde 45 crian-

ças e adolescentes e adultos portadores de deficiência mental, classificados nos níveis treináveis, severo e profundo.

Os alunos recebem atendimento psicopedagógico, fisioterapia, fonoaudiologia, bem como atendimento pediátrico e clínico e neurológico.

Por se tratar da única escola especial da cidade, faz avaliações de diversos encaminhamentos de escola regular.

Pelo papel de filantropia e educacional, entendemos merecedores da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 269/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública, o Centro Comunitário e Social "DORCAS", do Município de Toledo, com sede e foro no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Centro Comunitário e Social "DORCAS", foi criado com o objetivo de promover assistência social benéfica, mantendo em regime de semi-internato meninas oriundas de famílias carentes, encaminhadas pelo Conselho Tutelar.

Neste Centro, meninas de 12 a 17 anos recebem atendimento psico-pedagógico, semi-profissionalizantes, com o objetivo de aprenderem atividades geradoras de renda, bem como ingresso no mercado de trabalho formal e informal com a qualificação necessária; recebem ainda noções de higiene, organização doméstica, atividades de lazer, esporte e cultura.

Frente ao exposto e visando diminuir a incidência de meninas de rua, entendemos este trabalho de relevância e merecedor de sua Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 270/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down, APS - DOWN.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.95

(a) ANTÔNIO BELINATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down - APS - Down, da cidade de Londrina, que ora procura-se declarar de Utilidade Pública Estadual, vem demonstrando e bom desempenho de suas funções em benefício dos portadores de deficiência daquela região.

Já que realiza tão nobre tarefa e com êxito, pois perdura há vários anos, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual espero poder contar com o apoio dos nobres Srs. Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da Proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos hoje para os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dizemos uma coisa, muitos acham que o Deputado está em recesso, está de férias, mas não é assim não. Nós estamos de recesso aqui no Plenário, são os projetos do governo encaminhados a esta Casa, requerimentos dos nobres Deputados, mas nós estamos trabalhando, estamos lá nas nossas bases, correndo os municípios, visitando as nossas lideranças, fazendo reuniões com os nossos agricultores e falando em reuniões com os nossos agricultores, nós estivemos no município de Roncador, aonde estivemos ali com mais de oitocentos pequenos proprietários, fazendo as suas reivindicações ao Deputado, para nós trazermos ao Governo do Estado, Jaime Lerner, o nosso Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, portanto não é férias, não é folga, mas sim é um recesso parlamentar e que os Deputados continuam trabalhando, visitando as suas bases para que hoje novamente neste Plenário e aqui para serem discutidos os projetos de maior importância envolvendo o Estado do Paraná e dizendo uma coisa, Srs. Deputados, quero deixar aqui um registro de repúdio, Sr. Deputado Alborghetti.

Me doeu muito, no meu coração e nós vemos tamanha irresponsabilidade que deverá ser punido o acidente que ocorreu na estrada entre Palmeiras e o Município de Irati. É um dos maiores descasos que já vi na minha vida aquela estrada, porque quando nós Deputados, quando nós saímos do Paraná nós vamos até Santa Catarina e quando nós vamos para São Paulo nós nos baseamos pela sinalização do asfalto e o que nós podemos observar naquela rodovia que é de responsabilidade do Governo Federal e que o DNER não assume nenhuma responsabilidade e é por isso que o governo Jaime Lerner juntamente com os demais Deputados estão

brigando para que o Governo Federal passe a responsabilidade a estadualização das rodovias federais ao nosso Paraná, ao nosso governo, para que não ocorram acidentes como o que aconteceu, porque naquela estrada nem placa de sinalização indicando uma curva, existe e o DNER tem que ser punido, o DNER tem que levar a responsabilidade pela morte de seis crianças e pelos ferimentos de mais vinte crianças.

Conversei com o prefeito de Palmeiras para que entre na justiça e nós aqui desta Casa de Leis e principalmente o Deputado Nelson Tureck, vamos brigar por isso, porque não aceitamos um descaso tão grande numa rodovia que nós passamos ali com tantos acidentes e não tem nenhuma placa de sinalização indicando que tem curva ou não tem, ou tem ponte ou não tem, nem sinalização, nem pintura nessa estrada existe.

Não podemos aceitar uma coisa dessas...

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje é um dia muito especial para todos nós, o retorno ao trabalho Legislativo e a expectativa das grandes mudanças que o Congresso Nacional deve promover a nível de Constituição e também mudanças em Leis essenciais para a economia do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao retornar à Tribuna no primeiro dia de trabalho desse segundo semestre, permita-me Deputados trazer a inquietação que existe no empresariado do interior do Paraná. É simplesmente impressionante e assustador, o índice, a quantidade de empresas, indústrias, lojas, pedindo falências, pedindo concordatas no interior do Paraná. É também alarmante, o anúncio que tem sido vinculado na Imprensa de demissões em massa de algumas empresas Paranaenses, principalmente no interior do Paraná. É bem verdade Sr. Presidente que o quadro no nosso mercado de trabalho, segundo a folha de São Paulo dessa semana, ele é preocupante, porque a nível de Brasil caiu o índice de emprego, isto é, as indústrias mais demitiram, do que admitiram nesse ano de 95. E olhando que empresários tradicionais que construíram com garra suas empresas, inclusive algumas delas em Londrina, como Londrimalhas.

O SR. NELSON TURECK - Uma coisa dessas e que venha, e que realmente o Governo Federal passe essa responsabilidade para o Governo do Estado do Paraná, para que aí sim nós teremos realmente uma rodovia completa, sinalizada a exemplo que a Rodovia que vai de Guarapuava até Pitanga, uma Rodovia que foi recapeada ultimamente pelo Banco Mundial através do Governo do Paraná.

Isso que é uma sinalização, isso que é uma rodovia, exemplo para o Brasil e é exemplo para o Estado do Paraná, uma rodovia feita naquela região na época que o Deputado Renato Adur era Líder do Governo e hoje está de parabéns aquela região principalmente nós que passamos ali, pegamos uma excelente estrada naquela região. É daquela estrada que nós precisamos, Senhores Deputados, a estrada de Palmeiras que vai até a rodovia que vai para Guaruapuava, para que não aconteça acidentes com os nossos filhos, com as crianças, e que aqueles pais hoje choram, choram amargamente em ver seus filhos ali ceifados as suas vidas.

Nós não podemos aceitar, irresponsabilidade e deve ser entrado na justiça contra o DNTER, porque não dá para aceitar uma rodovia de tanto movimento e não tem sinalização.

Onde está o DNTER, onde estão os responsáveis do Paraná, que cuidam por essas rodovias.

Passem essas rodovias ao Governo do Paraná, ao Governo de Jaime Lerner, que eu tenho certeza que isso não vai acontecer mais porque nós não podemos aceitar de virmos aqui nessa tribuna gritar bem alto o nome hoje do povo do Paraná de que nós precisamos de segurança. Onde é que vai o dinheiro e nós temos tanto dinheiro que são pagos do IPVA, dinheiro que tanto se conta de todos os tipos e que nós temos Estados abandonados, com crianças morreram, vinte feridas, numa estrada que se não tem cuidado, não se tem respeito pelo cidadão do nosso Paraná.

Acreditamos e esperamos agora a responsabilidade do nosso Presidente da República, do nosso Fernando Henrique Cardoso para que passe as rodovias federais de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, ao nosso Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Como Londrinenses, como a empresa da família Kurv. E, de repente, nós vemos diante de uma situação tão triste, tão chocante essas empresas concordatárias demitindo seus operários. Os juros bancários é uma agiotagem oficializada pelo Governo Federal.

Parece que o Governo Federal se sente bem, se sente feliz de ver o empresariado e o povo brasileiro com a corda no pescoço. Não dá mais nem para mandar o povo apertar mais o cinto porque já se apertou ao extremo. Quando a gente vê, Presidente, papagaio de 10% ao mês quase que de favor ou de caridade e ainda para a pessoa quitar o débito em 30, no máximo 60 dias.

Quando a gente vê a grande maioria do povo no sufoco, ludibriado pela boa fé, pela boa expectativa de que no Plano Real as vendas prosperariam e que não haveria crise. E de repente a gente vê o brasileiro apertado e recorrendo ao Cheque Especial. Pagando juros de 15, 16 a 18% ao mês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. numa república chamada Brasil a gente lamenta, profundamente, o noticiário que neste final de semana a imprensa divulgou para o Brasil e não tenho dúvida de que esta notícia a esta hora é, também, manchete dos maiores jornais do Planeta Terra: indicando que num país onde o povo tem uma vida de 3º Mundo, onde o povo tem um salário pior do que num 3º Mundo e tem um custo de vida mais caro do que num País de 1º Mundo. Porque aqui o carro é mais caro, o remédio é mais caro, a roupa é mais cara, o aparelho eletrônico é mais caro do que em qualquer País de 1º Mundo. E o Brasil deve estar hoje nas manchetes mundiais, com o fato levantado e divulgado aqui, a nível de Imprensa Nacional, de que os juros no nosso Brasil são, pasmem os Senhores, a nossa taxa de juros é simplesmente de maneira inacreditável, a nossa taxa de juros é a mais alta do Mundo!

Sr. Presidente, como é que pode? A gente fica imaginando que num Zaire, numa Bolívia, num Equador, na Índia, em tantos e tantos países miseráveis o juro não é tão salgado, não é tão pesado como essa taxa de juro que não é taxa de juro, é uma agiotagem e que tem o respaldo do Governo Brasileiro.

Então queremos aqui, dizer, que, infelizmente, o nosso Brasil está diante de um quadro terrível. O nosso povo caindo nas mãos de agiotas e alguns agiotas são os próprios banqueiros oficializados pelo nosso Governo. E fico imaginando, Srs. Deputados, outro dia o Presidente Fernando Henrique que na média já viajou mais do que o Sarney, que, na média, já viajou mais do que o Itamar. Que, na média, viajou mais do que o Collor dá uma declaração que está muito cansado com essas inúmeras viagens que ele, Presidente Fernando Henrique Cardoso tem feito. E a gente fica imaginando: se o Presidente com todo aquele conforto, aquele avião, na primeira classe, com todo o luxo, com a comida especial, com assessoria, hotel 5 estrelas. Os melhores hotéis do mundo. Assessoria até para carregar os presentes que ele ganha nas viagens ao exterior, se o Presidente Fernando Henrique Cardoso com tudo isso está cansado, imaginem o trabalhador que pega no pesado aqui no Brasil, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Imaginem o cansaço físico e até mental da nossa classe trabalhadora e também do nosso empresariado e explorado, agora, com essa notícia

estranheira de que a nossa taxa de juros é a mais pesada de todo o Planeta Terra.

Acho que é hora, Sr. Presidente, de nós procurarmos alertar os nossos Deputados, porque o Presidente Fernando Henrique hoje está até humilhando os Deputados. Chegou até ao ponto de gozar na cara dos Deputados da Oposição dizendo que no Brasil não tem oposição, que é a mídia que faz a oposição, tamanha a folga parlamentar no Congresso Nacional. E conversando com alguns Deputados até do Paraná eles chegam a admitir que o Governo do Presidente Fernando Henrique aprova o que quiser nesse atual Congresso Nacional. Então, é por isso que o Presidente está bem à vontade para deixar esta agiotagem a levar à falência, à concordata, ao desespero e ao calmarie os nossos empresários o nosso povo, Sr. Presidente, que dependem do empréstimo bancário.

É este o alerta que nós fazemos contra os abusos bancários, respaldados pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com prazer e alegria que nós voltamos para este segundo semestre e já chegamos mais uma vez com muita vontade prosseguir os trabalhos realizados neste primeiro período, sempre pensando no bem do Paraná, pensando no bem do nosso Estado, e sempre que preciso usaremos desta Tribuna, como sempre fizemos no primeiro período, para aqui fazermos as denúncias que forem precisas fazer para o bem de todos nós e do Paraná.

Gostaria hoje, Sr. Presidente, Luiz Carlos Zuk, de destacar, Srs. Deputados, meu caro Alborghetti, Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, um fato que entristece, ou melhor, o Chab é o Presidente, e então, me perdoe a falha, Deputado, e então, gostaria, Srs. Deputados, de falar sobre aquele fato tão noticiado na imprensa do Paraná e que fez vítima um policial florestal morador da nossa Cidade de Ponta Grossa e que enlutou toda a comunidade, a Polícia Militar do Estado do Paraná, e enlutou também os familiares daquele policial. Policial jovem, com pouco tempo de Polícia, com seus filhos para sustentar e de repente numa ação de coragem de defesa principalmente em defesa da natureza estava a fazer com que aqueles elementos que estão tomando conta, principalmente daquelas áreas onde pertence ao patrimônio deste país, de todos os nossos filhos, que são as reservas da Serra do Mar, acabaram matando este Policial, assassinando mesmo numa tocaia depois de trocar tiros com os elementos. E esse ele-

mento está solto, está livre e lá em Ponta Grossa tem uma família chorando, uma família enlutada, quando os vagabundos estão soltos neste Estado do Paraná.

Quero aqui aproveitar a ocasião para solicitar ao Secretário de Segurança que determine a imediata formação de um grupo especial para que nós possamos acabar principalmente com esses assassinos que estão às soltas em lugares proibidos e acabando com a nossa natureza e agora, por fim, tirando a vida, tirando a vida de um pai de família, de um policial que deu a cara para bater e acabou levando um tiro, vários tiros numa tocaia e acabou sendo assassinado covardemente por um covarde que está solto neste Paraná.

Então, gostaríamos que o Secretário de Segurança tomasse uma providência para que fatos desta natureza não voltem a se repetir mais no Paraná e não enlutem mais famílias como é o caso dessa família pontagrossense que está enlutada, está triste porque o pai, o chefe da família estava trabalhando, defendendo o sustento seu e defendendo o nosso Estado do Paraná e acabou morrendo numa forma covarde e grosseira.

Outro assunto que nos traz a esta tribuna, Senhor Presidente, é um fato que aconteceu envolvendo também uma família de Ponta Grossa.

E nós queremos aqui defender, sempre que for preciso, a verdade nesta Tribuna, não interessa de que lado estejam os Partidos e as posições políticas nesta Casa.

Recentemente, há questão de três semanas atrás, uma moça de Ponta Grossa, uma jovem de apenas 20 anos, estava com problemas de queimaduras de 3º grau, teve problema sério em Ponta Grossa, e numa quinta-feira foi mandada aqui para Curitiba como único hospital que poderia receber esta jovem, o Hospital Evangélico.

E esta jovem saiu de lá encaminhada para chegar aqui em Curitiba e ser atendida, mas a vergonha maior quando chegou aqui, esta família não foi atendida, e a vergonha presente na saúde do Paraná fez com que essa jovem fosse removida de Curitiba sem ser atendida, sem respeitar a dignidade da pessoa, foi mandada de volta para Ponta Grossa, sem ninguém ao menos dar uma olhada nela, ou recebê-la para ser atendida.

Ela foi de volta para Ponta Grossa, ficou mais um dia lá sem poder ser atendida aqui na cidade de Curitiba, e chegando em Ponta Grossa nós conseguimos, através da 3ª Regional da Saúde, que ela voltasse aqui para Curitiba, e foi o que ela fez depois de dois dias. Aqui chegando ficou menos de meio-dia e acabou falecendo devido a gravidade das queimaduras que ela tinha em todo o seu corpo. E nós queremos

Curitiba, terça, em 01.08.95

denunciar isso, denunciar a falta de atendimento do hospital Evangélico que deveria ter atendido, e me disse um assessor do Secretário de Estado, Secretário da Saúde, que o Hospital nunca poderia ter deixado de atender.

Queremos neste momento, diante de todo o Estado do Paraná, dos Senhores Deputados que aqui estão, que se denuncie este fato, uma covardia contra as pessoas, contra as famílias um Hospital deixar de atender.

E se a saúde é o exemplo do Paraná, não é mais porque uma pessoa morreu por falta de atendimento.

E não podemos concordar que uma pessoa morra por falta de atendimento quando se diz que a saúde é o exemplo no Estado do Paraná.

Não Senhores, não podemos concordar com isso, e queremos providências, que o Secretário da Saúde tome providência para que as famílias do Paraná não chorem a perda dos seus entes queridos, às vezes quem sabe, muitas vezes por falta de atendimento.

Pedimos providência Senhor Presidente, pedimos providência ao Secretário de Estado e ao Governador do Estado.

Nós precisamos de providência, nós precisamos que esse tipo de fato não mais aconteça e não enlutem mais a família do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Presidência gostaria de registrar, a pedido do Deputado Milton Puccio, a presença dos Srs. Vereadores de Mandaguari, Presidente da Câmara, Romoaldo Pereira Velasco e o Vereador Jair Alípio Costa, que nos honram com as suas presenças, bem como do Prefeito de Mandirituba, Domingos Palú, a pedido do Deputado Selene.

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só queria fazer o registro da presença do Sr. José Mendes de Souza, juntamente com sua esposa, Prefeito do Município de São Pedro do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotado e a presença do ilustre Prefeito também nos honra muito.

Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, caríssimos amigos Deputados.

Subo a esta tribuna para fazer uma saudação a todos nossos colegas, neste reinício dos trabalhos legislativos, em que retornamos aqui com as esperanças renovadas e com o espírito de trabalho redobrado, e mais uma vez desejosos de com

nosso serviço prestarmos um trabalho importante à sociedade do Paraná.

Não consigo, nunca, esconder um pouco da decepção que tenho com o trabalho no Legislativo, guardo grandes lembranças do período em que fui Prefeito de Cornélio Procopio. Não com isso querendo dizer que vá ser candidato nas próximas eleições, pretendo ser Deputado até o último dia do meu mandato, ainda que tenha a certeza que este seja o meu último mandato na vida política, graças a Deus.

Mas subo aqui nesta tribuna para comentar um pouco da matéria que está estampada em todos os jornais do Estado do Paraná, a respeito de um desabafo do nosso Líder do Governo, nesta Casa, Algaci Túlio, quando ele demonstrava a sua insatisfação e a dificuldade que estava tendo, no exercício do cargo de Líder do Governo, na Assembléia Legislativa. No momento em que o Deputado Algaci Túlio assim procedeu, ele praticamente externou o pensamento, senão de todos, de pelo menos da grande maioria dos Deputados que até então vêm compondo a base de apoio ao Governo do Senhor Jaime Lerner. Venho apoiando o governo de Jaime Lerner - e se me permitem dizer, acho que até por inércia, que é aquela tendência das coisas permanecerem no estado em que se encontram; se estão em movimento, tendem a permanecer em movimento, se estão paradas, tendem a permanecer paradas.

Tomei uma atitude, provocando até problemas familiares, já na campanha eleitoral, de apoiar a candidatura de Jaime Lerner, apoiei, criei problemas na família, entre amigos, e assumi esta posição, e durante todo o primeiro semestre, fui aqui aquele bom cabrito, aquele que não berra, apoiei em todos os momentos. Estive ao lado do Governo, subi nesta tribuna para defender o aumento salarial com a galeria repleta de funcionários públicos nos vaiando, e apoiei em todas as outras matérias que por esta Casa passaram, o Governo Jaime Lerner. Pretendo assim continuar procedendo.

Mas, a grande verdade é que ao voltar do recesso parlamentar, tendo percorrido a região Norte do Paraná, volto praticamente de cabeça inchada de tanto ouvir reclamações, reivindicações, pedidos não atendidos, e aproveitei este período para, somado a este conjunto de reivindicações, fazer uma reflexão do que está acontecendo na minha atividade parlamentar, que parece que não está dando certo. Em alguns aspectos da minha vida aqui, parece que me satisfaz: nos trabalhos nas Comissões, nas CPT's; tenho me dedicado, tenho me aplicado, procurado ser um Deputado consistente, que se apresenta bem, que defende as posições com coerência. Agora, por outro lado,

aquele da representação dos meus municípios, lá do Norte do Paraná, eu me daria uma redonda nota zero.

Não consigo nada para meus municípios, o que os municípios conseguem, os municípios onde o povo disse unido nas urnas: "nós queremos que o Eduardo seja o nosso representante na Assembléia Legislativa", lá os que têm conseguido alguma coisa, é o Diretório local do PDT, que talvez tenha conseguido seus setenta votos. A cidade onde fiz 1.700 votos, o Diretório local do PDT fez 70 votos para o candidato que apoiou, veio a não se eleger; mas são eles que têm conseguido as coisas para o Prefeito, para o Prefeito que apoiou o outro candidato, eles que conseguem os pedidos das lideranças do município, e eu fico lá a ouvir bobagens, reclamações, e não consigo emplacar nomeações, atender pedidos dos meus companheiros e na verdade, o que acontece, é que eles nem precisam de mim, porque eles vão direto no Secretário, vão direto no Governador, vão direto nas pessoas que representam o Governo e conseguem as coisas.

Quero, com este meu desabafo, também aqui - de certa forma é um comentário ao desabafo feito pelo Líder do Governo Algaci Túlio - de demonstrar que eu, acima de tudo, desejo continuar fazendo parte da base de apoio ao Governo do Estado.

Não me preocupam - graças a Deus - as próximas eleições, porque tenho construído a minha vida política para continuar servindo de certa forma a população, mas talvez não mais como político participante de eleições, vou participar como advogado, vou cuidar da minha vida, que acho que vai ser muito mais tranquilo.

Então, não tendo esta preocupação nas próximas eleições, quero tomar uma decisão muito serena, no sentido de apoiar esse Governo, porque ele me quer como companheiro, porque ele acha que sou importante como seu companheiro e porque também acho que esse Governo vai ser um Governo importante para o povo do Paraná; ou talvez, se o Governo continuar demonstrando que não me quer como companheiro, passaria para o outro lado, passaria a falar naquele microfone que é até melhor, porque ao que me parece, até a nossa gloriosa Oposição andou um pouco manca das pernas nesse primeiro semestre, não conseguiu produzir o trabalho desejado como Oposição - que me permitam os gloriosos e queridos companheiros, uma Oposição fraquinha - e talvez desta forma pudéssemos assim ajudar o Governo, porque todo o Governo precisa de Oposição. O grande Winston Churchill chegava até a contratar jornais para falarem mal dele, para ele ter a gloriosa e dignificante oposição construtiva ou destrutiva, mas que sempre ajuda.

O Sr. Caíto Quintana - Gostaríamos muito, Deputado, da sua presença no nosso meio para fortalecer a nossa Oposição. Será muito bem-vindo.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado.

Encerro dessa forma, marcando assim o nosso "reentré" nesse segundo semestre, manifestando aqui pelo Líder do Governo Algaci, toda a nossa amizade, nosso respeito pelo trabalho que ele vem fazendo, dedicado, aplicado, enfrentando todas essas dificuldades e manifestando acima de tudo o meu desejo de continuar ao lado desse Governo, de todos os Secretários - temos lá um grande companheiro, que é o Deputado Hermas Brandão, nosso Secretário da Agricultura - mas a permanecer desta maneira é muito melhor que passemos a ter outra posição. Oxalá Deus ilumine o Senhor Governador e a todos os Secretários, para que eles passem a ter um comportamento democrático...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo o Horário do PTB ao ilustre Deputado Eduardo Trevisan, para conceder o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado Eduardo Trevisan.

Escuto o seu discurso, como escutei o discurso do Deputado Jocelito Canto. Realmente sou um Deputado que faço parte do Bloco Governista. Participei no último mandato inteiro, na oposição ao Governo anterior, e sinto que neste Governo, nós, Deputados, não estamos sendo atendidos como deveríamos ser.

Alguns Secretários não atendem os companheiros, como deveriam ser atendidos e escuto o seu pronunciamento, como escutei do Deputado Jocelito Canto e em alguns pontos deixam a desejar, mas aqui quero frisar e colocar uma questão também: vejo da maneira como o comando político da Assembléia Legislativa, o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, tenta defender as posições dos Deputados governistas junto aos Secretários de Estado. E friso aqui também a questão do Chefe da Casa Civil, que tenta colocar e reivindicar as posições de todos os Deputados que vão até ele reivindicar pelos seus municípios, pedindo prioridades nos seus pedidos e aos seus municípios.

Então eu me somo aos pronunciamentos de Vossas Excelências para que este Governo venha a direcionar e a dirigir o seu Governo para um bom atendimento, para aqueles que aqui representam a população do Paraná, que são os Deputados, os Deputados que dão sustentação ao Governo do Estado. O Governador tem que dar um puxão de orelhas naqueles Secretários de Estado

Curitiba, terça, em 01.08.95

que não escutam a voz dos companheiros que aqui dentro da Assembléia os defende.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado pelo aparte, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Orlando Pessuti - Permite um aparte, Deputado?

O SR. EDUARDO TREVISAN - Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Quero manifestar nesse momento, o reconhecimento da situação vivenciada pelos nobres companheiros da Bancada Governista. Já fui Líder do Governo na Assembléia Legislativa por dois anos e em muitos momentos nós tivemos também - a exemplo do que tem hoje o Deputado Algaci Túlio - situações parecidas como essa. Não é, evidentemente, uma situação de desespero, nem momento talvez, para que se pense - e é esse o apelo que faço ao Deputado Algaci Túlio - em se renunciar ou abrir mão de uma Liderança.

Entendo que a postura que Vossa Excelência vem adotando, é uma postura correta, de manifestar nesta Casa aquilo que aflige o Parlamentar quanto ao relacionamento com o Governo.

Lembro-me, na ocasião Líder de Governo que era, também de bancadas diferentes, tínhamos além do problema do relacionamento desse Bloco de Governo com o próprio Governo, mas tínhamos os problemas de conflitos internos de uma bancada com outra, e que se repete também nesse momento.

Quero cumprimentar o Deputado Algaci Túlio pelo trabalho que vem fazendo, um trabalho que procura na função de Líder do Governo não apenas olhar aos interesses daqueles Parlamentares que pertencem ao Bloco do Governo, mas sabendo que a Assembléia como um todo em muitos momentos tem se posicionado a favor de assuntos aqui trazidos pelo Governo do Estado, também Deputado Algaci Túlio em muitos momentos tem nos socorrido, tem procurado dar uma atenção a todos os Deputados e não apenas àqueles que integram o bloco do Governo.

E aí a razão de cumprimentarmos e discordarmos do ponto de vista do Deputado Plauto Miró Guimarães, quando diz que o Governo tem que voltar às suas atenções àqueles que representam o povo aqui na Assembléia e que são os Deputados que estão ao lado do Governo. Nós, que não estamos do lado do Governo também representamos o povo, porque fomos eleito e procuraremos, dentro da Assembléia, cumprir o nosso papel e representar as aspirações da população, que são aspirações não apenas posicionadas ao lado do Governo, mas são posições também que diferem da postura e da

conduta do Governo.

Então, entendo que o Deputado Algaci Túlio faz um trabalho sério, correto, bem organizado e entendo que esse mal estar, esse desconforto, muitas vezes provocado por pessoas que não têm nenhuma vivência no Parlamento, não têm nenhuma vivência política, mas que são alçados a condições importantes de assessorar o Governo e que não dão ao Parlamentar a importância e o atendimento na hora e na quantidade necessária.

Portanto, a minha solidariedade ao Deputado Algaci Túlio e os meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Fico feliz de escutar de Vossa Excelência, quando fala que realmente o Governo atende a todos, Situação e Oposição. Coisa que não aconteceu no Governo passado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado Deputado Pessuti pelo aparte.

Poderíamos, antes do aparte do Deputado Rossoni, até creditar esse problema de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo aos seis primeiros meses de adaptação do Governo

Quando fui prefeito tive, nos primeiros meses, atrito com a Câmara de Vereadores. Mas eu era um menino, tinha 21 anos no primeiro mandato. Nosso Governador já foi Prefeito 3 vezes, já tem experiência e sabe a importância de um bom relacionamento entre os diversos poderes que compõem e são representativos na sociedade, no nosso Estado. E Vossa Excelência colocou um problema importante: pessoas que muitas vezes não passaram pelas dificuldades de uma eleição, não tiveram vivência na vida pública, são alçadas a cargos públicos e acabam por considerar Deputados apenas aqueles que ficam enchendo o saco o tempo todo.

O Sr. Orlando Pessuti - Já dissemos aqui, em determinada ocasião, que o Governador Jaime Lerner tinha que dar um murro na mesa e enquadrar algumas pessoas. Tivemos o episódio do Programa Panela Cheia, tivemos o episódio daqueles ofícios pedindo de volta as kombis e todos esses assuntos foram superados pelo Governador, porque tenho certeza como tem Vossa Excelência que o Governador que foi prefeito de Curitiba por 3 mandatos, haverá de ter a sensibilidade mínima necessária para estabelecer um relacionamento com este Parlamento a exemplo do que teve com a Câmara de Vereadores.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Assim espero que aconteça.

Com aparte o Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Quero me somar ao Deputado Trevisan e já manifestei este meu posicionamento em diversas oportunidades apoiando o Líder Algaci Túlio. Mas acredito que nós, neste momento, temos que ter e diferenciar as coisas.

Existem duas questões distintas que estão acontecendo: a questão política e a questão administrativa. A questão administrativa é indiscutível a capacidade do nosso Governo. Com toda a crise que temos dentro da economia brasileira, o Governo Lerner vem conseguindo tocar inúmeras obras neste Estado, que foram iniciadas pelo Governo anterior e se com toda a sua capacidade e a sua qualidade política não paralisou uma obra neste Estado. Terminando com todas as obras iniciadas no Governo anterior, com todas as dificuldades.

Enquanto outros Estados nem pagam os seus funcionários, como é o caso do Estado do Mato Grosso, não paga seus funcionários há meses. O nosso Estado consegue dar aumento!

Deputado Trevisan, não o dispensamos. Pela sua capacidade, pela sua honestidade, pelas suas atitudes você terá o nosso apoio. Você fará muita falta à Bancada de sustentação ao Governo, principalmente a partir do ano que vem. Porque estamos, e você tem conhecimento, elaborando um projeto de governo, com financiamento internacional, que beira a casa de 1 bilhão de dólares. Enquanto outros governos tiveram, apenas, 350, 400 milhões de dólares. Nós, com 1 bilhão de dólares, com a capacidade do governo administrativamente, e conseguirmos, aí sim, entrar na questão política e esta sim temos que ensinar muitos secretários de Estado, muitos chefes de departamento a dizer a eles que eles exercem cargos políticos e não se revistam somente de técnicos, porque aí eles estão no lugar errado.

O que está acontecendo no Governo Jaime Lerner é que muitos querem se revestir de técnicos e julgam os políticos como sendo incompetentes. É muito ao contrário: quem faz justiça neste Estado, quem faz justiça neste País são os políticos, porque vivemos no meio do povo. É lá que você sente a reclamação. Por isso sei e sinto-me no seu lugar quando o vejo dizendo que está voltando do interior com a cabeça deste tamanho. Sei o quanto é difícil.

Mas tenho certeza que nós, Deputados de apoio e sustentação ao governo, se tomarmos aqui posições firmes - sem fraquejarmos na hora decisiva, tenho certeza que colocaremos politicamente este governo no seu lugar, porque administrativamente ele vai muito bem, obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Deputado Rossoni, muito obrigado pelo seu aparte.

Vossa Excelência com seu aparte fez aquilo que o governo em seis meses ainda não fez: dizer com poucas palavras um pequeno agrado: Eduardo, você é importante para nós.

Porque até o presente momento a impressão que dá é que fiquei como um cachorrinho atrás do Governo, querendo apoiar e o Governo me colocando de lado. Basta dizer: Você é importante, nós queremos você. Acabou. Vossa Excelência fez o pouco que era necessário para que eu me sentisse bem no meio da base de apoio ao Governo do Estado.

Como já disse, faço este desabafo para dizer que quero muito continuar comendo esta gloriosa base de apoio, por entender importante e por ter nela excelentes amigos como o nosso Walmor Trentini lá de Paranavaí, mas quero fazê-la sentindo-me bem. Sentindo-me mal vou cuidar é da minha vida.

O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria de fazer das suas palavras minhas e lhe cumprimentar pelo belíssimo pronunciamento e pela coragem em dizer o que acho que muitos Parlamentares gostariam de falar e às vezes ficam na expectativa de falar ou não falar.

Então, lhe cumprimento e me associo e concordo plenamente, tenho acompanhado o trabalho do Deputado Algaci Túlio, que tem lutado até seguidamente o encontramos tarde no Palácio trabalhando, reivindicando e levando aquele pensamento nosso aqui da Assembléia.

Então, quero dizer que concordo plenamente com suas palavras e lembrar ao Governo que o Governo precisa da sua Liderança, - precisa de todos Deputados que dão apoio e sustentação ao seu Governo, não só em período de eleição, ele precisa todos os dias aqui no Parlamento para que seus projetos sejam aprovados dentro desta Casa. É isto que queremos: que haja o respeito, principalmente por alguns Secretários que não mostraram o que estão fazendo no Governo até agora.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado.

Meus companheiros Deputados, aproveitando esta oportunidade que subimos aqui para fazer este pronunciamento, quero dizer da minha alegria de reencontrá-los, porque o clima de trabalho nesta Casa Legislativa é dos melhores, graças a Deus, entre todos nós Parlamentares, independente dos Partidos e bandeiras que aqui defendemos, temos um relacionamento cordial e amigo e sinto-me sempre muito satisfeito de vir aqui, principalmente para reencontrá-los e com vocês cada vez mais aprender

Curitiba, terça, em 01.08.95

coisas importantes para o desempenho da nossa atividade na vida pública e na vida particular. E que este relacionamento também seja a característica não só desse segundo semestre de trabalho, mas também de todo esse mandato, que temos aí a grande responsabilidade de defendermos em nome do povo do Paraná.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente. Senhores Deputados, Senhora Deputada, a satisfação de reencontrá-los para iniciarmos o segundo período legislativo deste ano de 1995.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, o meu protesto então, somando-se as palavras do Deputado Eduardo Trevisan, na questão do som. Realmente o som do lado de lá é melhor. Mudou o Governo, mas não mudaram ainda os equipamentos. O bom sempre tem que ser para o Governo. O pior é para Oposição. Mas evidentemente que não é desta forma que vamos tratar e tenho certeza que o equipamento de som vai melhorar.

Em segundo lugar quero agradecer a solidariedade dos Parlamentares e dizer que acumulamos durante seis meses, claro que há inexperiência ainda de alguns Secretários e até mesmo do próprio Governo, porque na verdade há que se reconhecer que viemos de três Governos, quase que da mesma qualidade, da mesma maneira política de ser um melhor, outro menos melhor e assim veio do Richa, assim veio do Álvaro Dias, assim veio do Requião. Quer dizer, havia já um entendimento até político já, antecipado de todos os Deputados acostumados à situação de Situação e ficamos aqui doze anos acostumados na Oposição. E confesso que nem eu ainda me adaptei. Talvez por esta razão é que tenha desabafado ontem perante o Governador do Estado do Paraná. Mas o fiz não por mim, fiz pelos Senhores Parlamentares que nos dão apoio nesta Casa, apoio nesta Casa nos projetos que dizem respeito ao Governo do Estado do Paraná, não fui pedir cabeça de Secretário nenhum, fui apenas colocar a dificuldade que temos encontrado ainda para poder atender os pedidos dos Senhores Parlamentares, para poder atender o pedido de todos, não apenas daqueles que compõem a Bancada de sustentação. E confesso a todos os Senhores que o Governador atendeu a minha posição. tenho certeza que alguns Secretários que ainda não estão afinados politicamente, alguns até que estavam fora do Estado e que assumiram posição no Governo, alguns que já eram companheiros do

Governador na Prefeitura mas que não tem ainda experiência do Estado do Paraná, isso tudo é compreensível. Mas é preciso, era necessário estancar isso agora antes de que começássemos o segundo período repetindo todos os mesmos problemas. Então, tenho certeza e tranquilizo os Senhores Parlamentares, vamos acertar a situação, os Secretários vão começar a dar uma atenção melhor aos Senhores Parlamentares, e evidentemente o Governo vai começar a deslanchar. Por outro lado até acho isso salutar porque isso é uma demonstração de que o Governo começou a trabalhar para valer, nos seus primeiros seis meses fez vários projetos, tem ido bastante ao interior do Estado. Isso tem tranquilizado os Senhores Parlamentares que nem sempre são avisados a tempo de que o Secretário, o Governador vai estar naquele Município para implantar um projeto. E é importante a presença do Parlamentar e que ele saiba antecipadamente que lá vai chegar o Secretário, que tal dia vai chegar o Governador, para que dele possa reunir a sua liderança política no seu Município, até para recepcionar esse Secretário e o Governador.

Quero dizer também que me é importante a experiência de lideranças como a de Renato Adur, José Tavares, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, a quem tenho consultado sempre, não deixo de lado esse meu lado de humildade, de pegar experiência de Parlamentares que aqui estiveram em liderança durante 12 anos, que tem muito a nos ajudar nesta Casa. E tenho certeza que eles mesmo, e até discordo um pouco do Deputado Eduardo Trevisan quando fala que a Oposição não trabalhou, trabalhou sim, mas trabalhou dentro de um Projeto que entende ela mesmo, que há de dar uma carência de seis meses. Quem sabe agora no segundo semestre essa Oposição venha um pouco mais acirrada. Espero que não, ela só virá se dermos motivo, se o Governador não trabalhar, e se evidentemente não demonstrarmos a nossa capacidade de reação. Mas o que tudo vai se discutir nesta Casa é importante para o Estado. Então, quero tranquilizar a todos, dizer ao Deputado Eduardo Trevisan que em hipótese alguma abriremos mão do seu passe, o seu passe é valorizado, a sua inteligência, a sua vitalidade, um dos mais jovens Deputados nesta Casa, temos certeza que vai continuar ao lado dessa Bancada dando sustentação ao Governo do Estado: como temos certeza que lá do outro lado vários companheiros também virão se somar na medida em que o tempo passar, reconhecendo o trabalho do Governador Jaime Lerner.

Um Governo que está aí com credibilidade, um Governo que está com responsabilidade para fazer acontecer as coisas nes-

te Estado. Veio que em seis meses poderíamos aqui enumerar uma série de projetos que não ficaram apenas no papel não, mas que foram colocados em prática e a prova disso é consultar os Senhores Prefeitos. Eles sabem que este Governo está realmente dando o retorno às suas promessas de campanha. Hoje mesmo por exemplo estão aí em frente ao Palácio quase duzentas e tantas viaturas para a Polícia Civil e para a Polícia Militar que serão entregues aos Senhores Prefeitos, às Delegacias de suas Cidades, hoje mesmo tivemos aí um repasse de R\$ 2.347.500,00 para Prefeituras em assinaturas de convênio com a Secretaria de Segurança Pública para melhorar a qualidade da área da segurança no seu Município.

A certeza de que esse Governo não veio para brincadeira, este Governo veio com responsabilidade de transformar o Estado do Paraná, de recuperar este Estado do Paraná, de fazer valer a briga, lá em cima, como tem feito o Governador Jaime Lerner, na questão do TCMs, da energia, na questão da reforma tributária, no Movimento que fazem os Governadores para fazer valer o direito de seus Estados. E isso tenho certeza, o Governo Jaime Lerner vai continuar fazendo e tenho certeza que ao final de seus 4 anos de mandato, o povo do Paraná vai se orgulhar do Governador que teve.

Então agradeço aos Srs. Parlamentares, dego naciência aos Srs. como me pediu ontem o Governador Jaime Lerner, me fez portador a cada um dos Srs., independente da posição política nesta Casa, de que ele tem muito respeito a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que quer governar junto com a Assembléia. Da mesma forma como governamos Curitiba, junto com a Câmara dos Vereadores, com respeito aos Vereadores, é a prova é que 90% dos Vereadores se reelegeram, nesta última eleição. Temos certeza que na Assembléia também, se continuarmos unidos, se continuarmos trabalhando passo a passo com o Governador, esta Assembléia volta quase que na sua totalidade daqui a 4 anos, porque ela foi corresponsável com o Governo Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até numa homenagem aos ilustres Deputados que fizeram uso da palavra no Pequeno Expediente, não vou me pronunciar hoje aqui como Deputado de Oposição ao Governo, até porque os discursos por si só, foram muito eloquentes para poder registrar a

insatisfação dos Srs. Deputados, com a atitude, é claro, de uma equipe que tem certamente bons valores, mas muita gente inexperiente, prepotente e que não dá o devido respeito que um Deputado deve ter, que um Prefeito que representa sua comunidade, tem que receber do Governo do Estado.

Mas tenho certeza que no decorrer do Governo, se não for muito demorado, o Governo acerta, e pelo menos começa a atender bem a sua base parlamentar. É o que desejo aos ilustres Deputados que compõe a Bancada de sustentação.

Mas vim a tribuna nesta tarde, para discutir uma questão e trazer a esta Casa aqui, que é na verdade a Casa onde se deve discutir os problemas que afligem o povo paranaense, trazer aqui um assunto que tenho certeza foi pauta de todas as visitas, reuniões e discussões que os Srs. Deputados, e a Sra. Deputada, fizeram neste recesso parlamentar, que como bem disse o Deputado Tureck, foi um período de grande trabalho, na visita que todos fizemos aos nossos municípios, às nossas bases eleitorais, que é o problema da questão da "Casa da Família".

Todos nós, tenho certeza, recebemos, nas visitas que fizemos, a angústia dos prefeitos municipais que têm em execução obras do Programa "Casa da Família".

E venho na qualidade de ex-Secretário de Política Habitacional, com a responsabilidade de, ao lado de uma equipe capacitada ter criado um Programa Habitacional novo, que se apropriou de experiências muito bem sucedidas que o Paraná vinha realizando na área de habitação, desde o Governo Richa. E este programa é a síntese do conhecimento, da experiência de equipe técnica e de políticos que se sucederam na direção da Companhia de Habitação do Paraná e que nós inovamos ao descentralizar o recurso, repassar diretamente para o Prefeito para execução, delegando ao Prefeito a execução da obra.

Ora, este programa começou construindo casas de 44 metros, depois passamos para casa de 48 metros e por último uma casa de 52 metros quadrados. O que é que ocorre? Ocorre que habitação talvez seja uma das áreas mais complexas para você executar uma obra. Por que que é assim?

O Governador Lerner lançou o Programa da Vila Rural lançou no começo do ano, passados sete meses o Governador conseguiu inaugurar apenas dois conjuntos, duas Vilas Rurais: uma de 64 casas em Aducarana e outras 18 unidades em Toledo. E por que só conseguiu isso? Porque a habitação, é claro, exige todo um processo de elaboração de projeto, de seleção das famílias, de se fazer na verdade todo um processo de construção da unidade habita-

Curitiba, terça, em 01.08.95

cional e nessa ótica, Srs. Deputados, só quero enfatizar o problema que está acontecendo hoje, porque nós deixamos o governo no dia 31 de dezembro de 1994, do período Requião e Mário Pereira, o Programa Casas da Família com 48.721 casa, entre obras concluídas e aquelas que estão em execução, sendo que 26.826 famílias já haviam recebido as suas chaves e 21.000 famílias com obras em execução, obras que estavam com 20, 30, 50 e 95% de execução e estas obras, é claro, elas são fruto do trabalho duro do mutirão ao lado da equipe da prefeitura, dos pedreiros, dos carpinteiros, do mestre de obras que com muita luta se consegue na verdade executar esse programa.

O programa anda bem por si só, mas nós temos que entender o seguinte, neste país aqui nos últimos anos, nós seguramente tivemos os maiores sobressaltos, porque cada hora muda a moeda, muda a política econômica, corta zero, muda o nome e vai aí afora. A instituição do Programa de Estabilização da Economia feita pelo Presidente Itamar Franco e pelo Ministro, nosso atual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, este programa criou a Unidade Real de Valores URV, ocorre que todos os contratos do Programa Casa da Família que a COHAPAR firmou com os municípios a partir do dia 15 de março eles tiveram que ser convertidos para URV e ao mesmo tempo aqueles que estiveram ainda regulados pela UPF, que era a moeda do nosso programa que é a Unidade Padrão de Financiamento, adotada pelo SFH ela também foi convertida e todos os valores passaram a ser expressos em real e o que ocorreu então?

Ocorreu que nós temos desde o dia 15.03.95 os contratos e as unidades habitacionais estabelecidas do mesmo valor, a casa de 52 metros quadrados, a casa que é o padrão AR ela está no valor de 2.750 reais, isto faz com que na verdade nesse período para que os Senhores Deputados tenham idéia, a mão de obra especializada, a mão de obra do oficial pedreiro, do mestre de obra ela aumentou 56% isso eu estou falando do salário básico da categoria dos trabalhadores da construção civil, 56% quando aumentou o INPC que é índice nacional da construção civil aumentou em 46%, ora a medida que estabeleceu, que instituiu o Programa de Estabilização da Moeda, o chamado Plano Real, ela previa que os contratos não podiam ser reajustados pelo prazo inferior a um ano ou seja, durante um ano ficaram suspensos qualquer tipo de reajuste que pudesse significar alteração de valor dos contratos, correção monetária e o que que aconteceu?

Esse prazo se extinguiu no dia 15 de março e de março para cá os prefeitos mu-

nicipais têm ido conversar com o Sr. Rafael Dely, apresentadas a ele as planilhas de custo da execução dessas unidades habitacionais e só para que os Senhores e Senhora Deputada tenham uma idéia, basta ver um exemplo, o Governo lançou um programa de "Auto Construção".

A Casa da Família Deputado Alborghetti, essa que está hoje saindo por 2.750 reais, é uma casa que tem três quartos, todos os quartos com portas, metálicas, a casa tem três fileiras de azulejos na pia, tem piso no banheiro, é uma casa que está com todas as melhorias, 52m². O Governo lançou o Programa de "Auto Construção" é uma casa de 44 m², a casa não tem nenhuma divisória, nem fôrro, uma casa com telha de barro, com um banheiro e uma porta. Essa casa o Governo está repassando ao mutirão 3.950 reais pela unidade habitacional de 44,5m², ou seja o próprio Governo ao lançar o Programa reconhece que há uma profunda distorção nos valores da Casa da Família que está congelado, que é programa novo de Auto Construção que ele lançou.

Ora, se o Governo não gosta do Programa Casa da Família, acha que o Programa Casa da Família foi uma marca do Governo Requião, que o Romanelli como Secretário, como Deputado Estadual é o responsável que o faturar politicamente. Quero crer o seguinte: essa questão está acima das paixões partidárias porque vinte e uma mil famílias estão pensando: "Meu Deus do Céu! Essas obras os prefeitos vão ser obrigados a interromper como muitos já fizeram, vai ser pior essa situação"! E mais do que isso, essas famílias que estão ali com a casa quase pronta vão ocupar essas casas, nós vamos criar um problema gravíssimo no Paraná.

Por isso é que estou apresentando aqui nesta Sessão essa proposta de debate, de diálogo com o Governo, para que nós possamos encaminhar uma solução desse problema, nós queremos discutir isso de forma urbanizada, para que na verdade o Governo possa colocar a mão na sua consciência, ele sabe que o que está acontecendo, mas antes que nós tenhamos problemas graves, se possa encontrar uma solução.

Consultei o Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas me disse de forma clara e objetiva, está rompida é claro, evidente, o equilíbrio econômico financeiro dos convênios da Casa da Família, por isso é que o Governo pode e deve fazer aditivos nas parcelas que vão vencer, não do que já, foi pago, mas do que vai ser vencido para que as Prefeituras possam terminar essas obras e entregar a chave para essas famílias no dia tão sonhado que é o dia de receber a chave da casa própria.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte Deputado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Pois não, Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Romanelli, é muito importante o pronunciamento do Deputado, porque efetivamente os conjuntos de Casa da Família espalhados pelo Paraná como um todo, todos eles estão solicitando um aditivo devido a mudança da possibilidade de construção e Associações de Prefeitos inclusive, tem questionado junto a Secretaria de Habitação e a Secretaria tem dito que é proibido pelo Tribunal de Contas. Quando na verdade não o é. Mas o que eu queria colocar com o pronunciamento de Vossa Excelência é que conversando com o próprio Secretário é que o novo Projeto de construção de casas da Auto Construção, são casas menores e no entanto o valor do financiamento é quase que o dobro do financiamento da Casa da Família em execução em muitos Municípios com uma metragem maior.

Quer dizer, o próprio novo Programa mostra a injustiça da não atualização dos valores do conjunto anterior.

Então acho que para evitar que venhamos a ficar com conjuntos inacabados no Estado do Paraná e que não seria nada agradável a um Estado que tem deficiência habitacional, é muito importante esse pronunciamento de Vossa Excelência e a ação inclusive dos parlamentares da Assembleia para que o Governo através da sua Secretaria específica proceda o reajuste desses conjuntos sem nenhum obstáculo por parte do Tribunal de Contas, porque esse obstáculo não existe, um convênio é um acordo das duas partes um contrato é algo de assento bilateral das partes, desde que ajustadas pelas partes não há impedimento legal nenhum principalmente se for feito às claras.

O SR. CLÁUDIO ROMANELLI - Com aparte o Deputado Cleiton Quielse.

O Sr. Cleiton Quielse - Deputado Romanelli. Nós estivemos ainda na 5.^a feira passada com o Secretário da Habitação Dr. Rafael Dely, junto com o Presidente da Associação dos Municípios - Prefeito de Assis Chateaubriand Luiz Amaral, com o Presidente da AMERIOS, Luiz Sorvos e outras autoridades, uma audiência de duas horas. Aonde deflagramos até não só a questão da parcela mas a questão, também, de informações dúbias que teriam saído da COHAPAR sobre reajustes diferenciados em algumas cidades do interior e conseguimos contestar até esses valores que V.Exa. está demonstrando com grande propriedade. E tive-

mos na terça-feira já e ainda na quinta-feira confirmamos uma audiência no Tribunal de Contas, junto ao Presidente do Tribunal de Contas, tentando, oficialmente, o aditamento desse fator que hoje é crucial a todos os municípios que detêm até o Programa Casa da Família que é o aditamento do valor das parcelas restantes aos municípios que ainda não terminaram até os seus conjuntos habitacionais.

E o Tribunal de Contas num prazo máximo de 15 dias vai dar o seu pronunciamento oficial, até a Secretaria da Habitação, para buscarmos junto, à Secretaria de Fazenda novos recursos para a complementação e o término desses conjuntos habitacionais. Só queria deixar claro, até, não sou advogado de ninguém aqui, e comentamos até sobre a excelência e sobre até a procedência do Programa Casa da Família, não só a nível de Paraná mas como foi um exemplo para o Brasil, e o Secretário de Habitação foi sensível e disse aos prefeitos e às Associações que lá estavam presentes, e disse que o Programa Casa da Família não está extinto. Ele pode até ter uma continuidade. Depende só do término dessas casas que estão em andamento para ter até uma reunião com todos os prefeitos, assim buscando informações de todas as associações, se é ainda viável este Programa. Nós contestamos e mostramos que é viável, não só para o Paraná mas como exemplo para o Brasil.

O SR. ROMANELLI - Com aparte o Deputado José Maria.

Sr. José Maria - Deputado Romanelli, V.Exa. traz para esta Casa um problema real. Um problema que mostra bem a sintonia desta Casa com os problemas municipais. Nós estivemos semana passada na reunião da AMEPAR, na qual foi colocado as dificuldades que estão enfrentando os municípios. E agora agravadas pela questão da não correção dos valores da casa popular. Só para citar um exemplo, que mostra a injustiça que se comete, o que hoje ocorre com a não correção destes valores está tornando incapaz de realizar as obras da Casa da Família aonde V.Exa. bem colocou, são famílias pobres, carentes que dão tudo de si, às vezes faltando pão em cima da mesa, colocando filhos, parentes menores para poder lá fazer o papel porque ele precisa do salário.

É simplesmente impossível dos municípios continuarem com este mesmo padrão. O milheiro do tijolo custava, quando da assinatura do convênio, 45 reais. Hoje custa de 45 a 80. A telha variou na mesma proporção, material elétrico também. Madeira na proporção ou pouco menos. O cimento ainda ficou mais ou menos estável. Mas é

uma injustiça se não fizermos a correção. Vamos colocar famílias inteiras que tinham esperança de efetivamente ter o seu teto e se hoje um dos gargalos do atual Plano Real para a classe pobre é justamente o aluguel. Daí, Rossoni, a importância da continuidade não só de dizer, mas se materializar as condições para que os municípios possam realizar estas obras que são e tem o endereço dos carentes, dos necessitados, a quem o Governo efetivamente deve socorrer.

Parabéns para o problema que traz a esta Casa as Associações Microrregionais já estão se posicionando para que venha até o Governo e o que faz aqui esta Casa hoje é a consonância das necessidades que se mostra e que se verifica na base.

Parabéns e esperamos que o Governo e que as suas lideranças nesta Casa o sensibilizem para que ele possa efetivamente concluir estas obras. Se quiser, depois, interromper o programa e continuar com um programa de auto-construção isto é de livre arbítrio do Governo, mas o que está tem que viabilizar a sua conclusão.

Muito obrigado, Deputado.

Sr. Valdir Rossoni - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Quero apenas me contrapor ao posicionamento do Deputado José Maria, com todo o respeito, quando ele vem querer dar uma de professor de Deus e dizer que Governo que assume não é para parar obra. Não foi o que aconteceu com o Governo Requião, Deputado José Maria, do seu Partido, porque na minha região tenho diversas testemunhas e provas de que o Governo Álvaro Dias deixou obras inacabadas e que o Governador Requião no outro dia que assumiu o Governo mandou paralizar as obras e disse o seguinte: que ele não era dono de empreiteira e que não ia realizar aquelas obras.

Então, quero dizer o seguinte a V.Exa. e quando V.Exa falou eu ouvi calado porque V.Exa. quis dar uma de professor de Deus, queria dizer ao Deputado Romanelli, ao qual tenho profundo respeito pelo trabalho que V.Exa realizou neste programa que realmente atende a classe trabalhadora e atende de uma forma exemplar, isto é o reconhecimento do povo do Paraná; tem aqui o reconhecimento deste cidadão que foi prefeito de uma cidade e que teve a oportunidade de construir casas e já vi no olho, vi no coração das pessoas que recebiam essa casa e pagavam uma prestação compatível com o seu salário. Isto é de reconhecimento de todo o Paraná, prova isto que V.Exa. hoje está aqui como Deputado e faz e assim o merece porque está sendo um brilhante Deputado.

Também tenho esta preocupação quanto a questão dos reajustes. Foi feita a semana passada entre eu, o Deputado Algaçoli Túlio, o Líder do PFL, Elío Rusch, e mais alguns Deputados, nós fizemos este debate com o Secretário Rafael Dely, e é preocupação do Governo.

Agora, o que nós, Deputado Romanelli, estamos enfrentando dificuldade com o Governo, porque todos os Senhores sabem, V.Exa. sabe e o Paraná sabe e o Brasil sabe, que nós atravessamos um momento de dificuldades econômicas. E eu disse anteriormente que enquanto outros Governos, de outros Estados vizinhos, não conseguem nem apenas pagar os salários, este Governo consegue dar reajuste ao seu funcionalismo público. É claro que não é suficiente e nós o reconhecemos, mas também devemos reconhecer o esforço que o Governo do Estado faz.

Mas o que quero colocar para V.Exa. é de que o Governo anterior e aí eu faço uma crítica, o Governo anterior teve uma preocupação muito grande em assinar convênios de casas e não teve a preocupação de acelerar os recursos das obras iniciadas no seu Governo. Nós temos centenas, digamos, desculpe centenas, nós temos diversos conjuntos habitacionais que foram iniciados há mais de um ano e meio atrás e que no Governo que sucedeu o Governo Requião houve um atraso de pagamento de parcelas e além de tudo o Governo que, depois do Governo Requião, que saiu do Governo teve uma precipitação muito grande em assinar convênios, assinou nos últimos dias de Governo dezenas de convênios.

Ora minha gente, se sabíamos que ia se encerrar um Governo por que assinar tantos Convênios? Poderíamos no Governo encerrar aquelas obras inacabadas, e aí sim reiniciar o programa novamente, porque o Secretário Rafael Dely não tem feito outra coisa diante da Secretaria da Habitação, a não ser dar continuidade a esses convênios assinados com as Prefeituras e que nem foram iniciados no Governo anterior. Então, é essa a grandeza do Governo Jaime Lerner, mas quero dizer a V.Exa. que reconheço que nós temos aqui na Assembléia o Governo do Estado, junto com todas as forças, e o Governo Federal, fazer um esforço para dar continuidade, e tenho certeza absoluta, pela sensibilidade do Governo Jaime Lerner com a questão social pode ter certeza que este programa vai ter prosseguimento e você vai se sentir orgulhoso de saber que este trabalho está tendo prosseguimento e ainda sendo aperfeiçoado porque é o interesse do Governo.

O Sr. José Maria Ferreira. - Romanelli, só queria dois segundos e queria a sua compreensão para dizer ao Nobre Deputado

Valdir Rossoni que não sou professor de Deus e se ele quiser tomar lição de Deus ele não tem que procurar comigo. Mas o Governo que não tem condições de receber crítica, pelo amor de Deus, teve obra sim e não estou defendendo as obras que foram paradas na administração...

(Conversas paralelas)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Só queria dizer que na verdade o Deputado Valdir Rossoni tem razão, eu também reconheço que muitos convênios foram assinados, especialmente dou exemplo o Município de Campo Mourão mais de mil unidades foram assinadas nos últimos dias. Reconheço que essa talvez não seja a melhor prática administrativa, mas seguramente se o senhor for verificar as obras que foram iniciadas coincidentemente é aonde muitos Deputados que estão na situação, é uma coisa incrível isso, tenho os relatórios no meu gabinete, se Vossa Excelência for verificar é uma coisa surpreendente, Deputado Luiz Carlos Martins.

Passo a palavra ao Deputado, futuro Prefeito, Valmor Trentini.

O Sr. Valmor Trentini - Deputado Romanelli, acompanhando a sua manifestação a respeito das casas populares, o Senhor bem disse que nessas andanças pelo interior em visita às bases, o Senhor é um só, as associações de Municípios, os Prefeitos, acreditam ser impossível concluir as obras das casas populares com os valores que estão sendo repassados; e nós tivemos a mesma preocupação, o Deputado Kielse que já se manifestou aqui, estivemos também no Tribunal de Contas.

Então, o problema da casa da família não está no Tribunal de Contas, o problema da casa da família está no caixa, na falta de dinheiro. Todo esse trabalho que Vossa Excelência realizou constou de fato os números históricos do orçamento de setenta e nove milhões para a COHAPAR, desses setenta e nove milhões de reais apenas doze milhões vão ser viabilizados dentro desse orçamento, que são os recursos da própria parte do fundo de participação do Estado, porque os demais recursos, o que consta aqui, informações que nós estamos recebendo, virão de operações de crédito e recursos da venda de ações da COPEL. O Governo do Estado então vai ter que lançar mão dos recursos próprios da ordem de 22 milhões de reais, sendo que doze estaria prestes a ser entrado no caixa e os outros vinte e dois o Governo tem que se virar.

Então, naturalmente que qualquer aditivo que for feito a essas 20 mil casas que ainda faltam ser concluídas, iriam inviabilizar até o repasse normal daqueles

que estão iniciando conjuntos, como tem o caso de muitos.

Então procede, de fato, a manifestação de V.Exa., o governo do Estado e a Secretaria de Habitação disse e garantiu que serão concluídas todas estas obras. Agora, a conjuntura econômica, o repasse de recursos do Governo Federal, a campanha que se faz, para aumento da arrecadação, não vem surtindo efeito porque a economia está praticamente falida e não há perspectiva de recurso.

Então o Governo do Estado vai fazer um esforço bastante grande para conseguir repassar este valor que os municípios no convênio que assinaram com a COHAPAR se comprometeram a complementar a falta de recursos, e este valores hoje são mais ou menos 50% do valor das casas, isto as prefeituras estão bancando. Porque os mutirantes, à medida que se atrasa um pouco a conclusão, eles vão perdendo o ânimo, a vontade de trabalhar na obra e as prefeituras precisam pagar também a mão-de-obra para viabilizar estas casas.

Então nós estamos diante desta questão, a garantia aos prefeitos que os conjuntos serão construídos, agora os recursos terão que ser viabilizados, sob pena de inviabilizar inclusive a construção daqueles que estão mais adiantados. O Aditivo, neste instante, não é de ordem legal, é de ordem financeira mesmo.

O SR. ROMANELLI - Deputado Trentini, gosto de debater com Deputado da qualidade de V.Exa., porque o Senhor sabe que a peça orçamentária é uma obra de ficção. Ficção por quê? Porque o Governo executa o orçamento de acordo com a disponibilidade de recursos. O Governo do Paraná hoje tem a maior soma de recursos da sua história. A maior receita do Paraná, em qualquer momento da sua história, está sendo realizada neste período de Governo do Sr. Jaime Lerner. Então V.Exa. saiba o seguinte: - a distribuição de recursos por fonte, dentro do orçamento, ela é na verdade um instrumento de ficção, que o Governo, de acordo com a disponibilização desses recursos transfere de acordo com um simples remanejamento. Na verdade é uma questão de intenção política do Governador. Porque V.Exa. sabe que o Governo Estadual vem realizando várias operações de crédito para tocar uma série de obras, que podemos aprofundar, se for o desejo de V.Exa., o caráter dessas obras, ou serviço, ou equipamentos, ou compras que o Governo está fazendo. Agora, se você puder realizar operação de crédito para fazer este tipo de obra, por que é que não pode fazer para um programa de importância de um programa habitacional? Porque as Casas da Família não é do Romanelli, não é do Requião, quem

está entregando as casas é o Governador Jaime Lerner. V.Exa., Deputado Trentini, saiba o seguinte: - o fluxo de caixa necessário para execução destas obras aqui é cerca de 2.000.000 de reais mensais, se você aditivar estes convênios em cerca de 40%, que seria razoável, você tem cerca de 34.000.000 de obras a serem realizadas. Se você colocar isso ao longo do tempo, até repactuar alguns cronogramas físico-financeiros, é muito possível você compatibilizar tudo isso.

Até proponho que o Governo discuta a questão da venda das ações da COPEL, que são recursos importantes para o Governo do Estado, porque na forma como está a venda do setor elétrico por parte do Governo Federal, e também no valor da ação da COPEL, e a lei que esta Assembléia votou de só vender as ações com valores superiores a 90% do valor patrimonial da ação, ela seguramente não será vendida. Então podemos discutir isso, que são obras importantes para o Paraná!

Sei que V.Exa. entende, e sei que V.Exa. é um parlamentar sensível, entende que o mutirante que está executando a sua casa, o prefeito que assumiu esta delegação do Governo Estadual, ele tem que terminar a execução das obras. Os governos são constituídos para encontrar soluções para os problemas. Se o Governador fosse o Álvaro Dias, garanto ao senhor que este programa não teria nenhum problema de solução de continuidade, ao contrário, nós teríamos incrementado, teríamos aumentado a alíquota do ICMS, destinando um pouco do percentual da arrecadação, exclusivamente para habitação, destinando cinco milhões e meio de reais por mês para habitação.

O Sr. Élio Rusch - O Programa da Casa da Família, quando foi lançado no Paraná e mesmo antes da Casa da Família, ainda no Governo José Richa, quando o Secretário do interior era o Nilton Friedrich, a cidade de Mal. Cândido Rondon foi uma das primeiras a receber 12 unidades, até a título de experiência e aparentemente o Programa Casa da Família, do qual V.Exa. foi secretário durante o Governo Roberto Requião, aparentemente é um programa muito bonito, belo, vem atender aos interesses das pessoas que não têm condições de construir a sua casa própria é uma forma de conseguí-la, mas o grande prejudicado em toda essa esfera e quem entra com a maior fatia sem sombra de dúvida são os municípios e aí é que está o reclame, nós ouvimos a V.Exa., nós ouvimos diversos Deputados, já temos recebido em nosso gabinete diversos pedidos de prefeitos, solicitando a possibilidade de um aditivo nessa liberação, nesse convênio já firmado e participei na última sexta-feira junto com o Deputado Algaci

Túlio e o Deputado Walmor Trentini, com o Presidente do Tribunal de Contas, Secretário da Habitação, Rafael Dely, aonde discutimos exatamente essa questão e devo contrariar um pouquinho o Deputado Walmor Trentini quando ele disse que a questão única e exclusivamente é financeira. Além de financeira também tem o projeto técnico.

Se o Governo do Estado fizer um aditivo a mais do convênio já firmado em UFIR, o próprio Tribunal de Contas não se pronunciou e vai se pronunciar porque, segundo o Nestor, já existe uma consulta no Tribunal de Contas do Presidente da AMP, que é a Associação dos Municípios do Paraná, presidida pelo Prefeito Amaral, da cidade de Assis Chateaubriand, solicitando também esse aditivo.

Ora, o Estado repassa os recursos para os municípios, o município por sua vez repassa esse recurso para as empresas que fornecem o material para construção dessas obras, mas o município por sua vez tem que comprar área, tem que ver arruamento, luz, água, pedreiro, engenheiro, mestre de obra e o município não recebe nada de volta e os municípios estão com problemas sérios, não tendo recursos para concluir essas obras, agora se o Estado repassar esses recursos a mais, a quem cabe aumentar a prestação, a quem cabe a devolução desse dinheiro para o Estado, ao mutirante, ora se cabe ao mutirante devolver essa parcela e essa parcela fica apenas em 20% do salário mínimo e essa parcela poderá ser elevada para 25%, quem será o grande vilão dessa história, sem sombra de dúvida é o Governador do Paraná, Jaime Lerner e é por isso que nós não podemos exigir que ele venha a passar, então o que tem que acontecer, na verdade nós concordamos com V.Exa. que esse programa tem que sofrer alterações de uma ou de outra forma, como a própria casa rural, a família rural, as vilas rurais melhor dizendo, também tem que sofrer alterações.

Não é concebível que um município compre a terra, dá meia metade de terra para o mutirante, o governo repassa apenas o equivalente a construção dessa casa e o mutirante só paga a casa e a terra recebe de graça e o município tem que ceder isso, não é concebível que isso venha acontecer, isso tem que mudar, agora quem vai pagar? O município não pode continuar pagando isso aí, agora quem leva as glórias é o Governo do Estado, sempre e o município entra com a maior fatia, entra com ônus, entra com o dinheiro e ele não recebe absolutamente nada, por essa razão Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando V.Exa. fez a explanação, dizendo que os recursos que estão sendo liberados para casa e família que chega algo em torno de três mil reais,

2.750 reais por casa e no novo programa que é o programa auto construção ele eleva essa quantia a quase quatro mil reais a 3.950 reais por casa, temos que levar em consideração que o Estado repassa com isso também a mão de obra. Agora não impede que o mutirante, que o beneficiário o cara que recebe a casa construa a sua casa com a sua própria família, ele terá esse recurso para aplicar em outros benefícios da sua casa, como de qualquer outro setor. Agora, não temos mais, Deputados Romanelli, um conjunto de habitação levando 2, 3 até 4 anos para ser concluído. O modelo Auto Construção, temos certeza, que o mutirante haverá de concluir essa casa em meio ano, no máximo um ano, todas as casas estarão construídas.

Concordo plenamente com V.Sas que o programa Casa da Família aparentemente é um programa belo, formoso, bonito, mas se nós abrimos o "caixa preta", como V.Sas disse antes do início da Sessão, se nós fizemos uma transparência daquilo que realmente acontece, ele é belo e formoso por fora, mas por dentro existe essas falhas e essas falhas sem sombra de dúvidas devem ser corrigidas.

Obrigado, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - O Deputado

Élio Rusch na verdade tem um viés ao analisar o Projeto Mutirão, na verdade ele tem uma visão profundamente distorcida do que é o projeto Mutirão, possivelmente até um viés ideológico, embora construção de casa não deva ser ideológico. O Programa que o Governo Estadual lançou - Programa de Auto Construção - é exatamente igual a Casa da Família, com uma única diferença: qual é, - hoje está repassando dinheiro para uma conta que vai ser administrada pelo Engenheiro da COHAPAR para comprar os materiais em nome do mutirão. Não está indo para a Prefeitura, está indo para o mutirante - e vou usar o termo mutirante, porque a Auto Construção, se o Senhor conhece etimologicamente a palavra, vai saber que a palavra Auto Construção é a própria Construção, na verdade Casa da Família - o que acontece, o Prefeito contrata um mestre de obras, contrata os pedreiros, o Senhor sabe, muitos aqui foram Prefeitos e quem não foi Prefeito sabe como é que funciona o Programa Casa da Família do seu Município.

É de fato uma parceria entre o povo e o oficial trabalhador e fundamentalmente o Prefeito que toca a obra, e quando a questão do valor da Prestação, quero dizer a V.Sas o seguinte: Confesso aqui publicamente que do interesse público eu cometi um erro, ao converter o valor para 2750 URVs por quê? Porque peguei o valor histórico da média dos pagamentos, como é que

funcionava a Casa da Família. A Casa de 52m² era 420 UPFs a UPF todo dia 1° ela era reajustada. Muito bem, a COHAPAR fazia as medições de 1° a 10, de 10 a 15 processava isso e de 15 a 30 pagava as parcelas. Ocorre que quando... e nós sempre tivemos graças a Deus a vontade política do Governador Requião, nós tínhamos disponibilidade financeira do Programa. Então eu nunca pagava depois do dia 10 de cada mês por causa do processo inflacionário.

Então na verdade o valor histórico do preço dessa casa, a média dos pagamentos, Deputado Élio, era 2.600 dólares, como nós fizemos melhorias nas casas, colocamos isso para 2750 URVs, quando o valor correto de ser convertido como muitos contratos foram convertidos pela própria medida provisória do plano de Estabilização da Economia era de 3.158 Unidades. Se convertermos o UPF pelo valor do dia 1°.

Então o que acontece, claro alguns conjuntos estão em situação pior do que outros. Agora ocorre que um Prefeito quando assume essa delegação e o valor da prestação da verdade ele é estabelecido até o teto, o limite dos 20% do valor do salário mínimo, ele é na verdade um instrumento de redistribuição de renda para a população mais pobre do Paraná.

É assim que funciona o programa de Auto Construção, o município entra com o terreno, entra com a infra-estrutura é assim e ao contrário do Senhor, eu apoio o Governo do Programa da Vila Rural. E acho que o Governo vai ter que encontrar recursos, não sei aonde, ou no exterior ou vai ter que fabricar dinheiro para tocar o Programa, porque ele precisa de 460 milhões de reais, para quem não sabe, o Governo do Estado tem uma capacidade de investimento do seu orçamento de 12 a 15% que é exatamente 450 milhões por ano, ou seja, para investir em tudo o mais que o Governo do Estado tem para fazer.

Então na verdade a posição de programas de fato é extremamente difícil. Eu na verdade, Deputado Zuk, para concluir quero dizer o seguinte: estou encaminhando à Mesa um requerimento que é na verdade um apelo ao Sr. Governador, é um requerimento extremamente respeitoso e queria que V.Exa. apoiasse, que é um apelo ao Governador, que determina ao Secretário Dely, a realização de estudos para se aditivar os convênios que estão em execução das parcelas a receber.

Gostaria de receber o apoio dos Senhores Deputados, porque, na minha avaliação é uma questão da maior importância como bem ficou demonstrado, aqui, pelo nível de debates, quero lançar de público, aqui, um apelo também a V.Exa., Deputado Élio Rusch.

Vamos discutir de forma clara, objetiva, abrir a famosa - embora não exista - a caixa preta do Programa Casa da Família, vamos comparar os programas e ver o que é melhor para o Paraná. Porque Governo de Estado tem que ter, sim, políticas habitacionais. Seja fazendo vila rural, seja fazendo casa da família etc. O que o Governo não pode ficar é de braços cruzados. É por isso que temos que encontrar mecanismos para garantir fontes permanentes e duradouras de recursos para serem investidos na área de habitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há mais oradores inscritos no horário das Lideranças. Antes de passarmos à Ordem do Dia, anunciamos a presença do Prefeito de Farol, pelo ilustre Deputado Nelson Tureck e acompanhado do seu vice-prefeito aqui em nossas galerias.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Of. n° 208/95/CS, subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, solicitando dispensa das sessões ordinárias dos dias 01, 02 e 03 do corrente mês, em virtude de viagem de interesse de nosso Estado. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

PROJETO DE LEI N° 271/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi - COPATI, com sede e foro na Cidade de Ubiporã-Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 272/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os fins de direito, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Ibiporã - APMI, fundada em 08 de junho de 1949 e registrada sob n° 425, em 25 de julho de 1949, no 1° Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Milton Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, Requerimento n° 1929, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khurv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1932 a 1953, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1954, de autoria do Sr. Deputado Walmar Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1955 e 1956, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1957, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1960 e 1961, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 104, 153, 158, 163, 178 e 190/95, e do Projeto de Resolução n° 012/95.

Levanta-se a sessão.